
ZONAS CINZENTAS E ÂNGULOS MORTOS: REFLEXÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES PORTUGUESAS

Liliana Azevedo

Institut de Sociologie, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Neuchâtel, Neuchâtel, Suíça/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

No contexto português, a figura de “o emigrante” tem persistido ao longo do tempo e permeado as representações mediáticas, os discursos políticos e as produções científicas. A sociologia das migrações tem produzido numerosos textos sobre “emigração” e “regresso”, no entanto, são escassas as reflexões sobre as condições de produção do conhecimento. Este texto pretende contribuir para uma reflexão crítica sobre as categorias utilizadas na investigação produzida em Portugal. Partindo de um conjunto de questionamentos epistemológicos decorrentes do trabalho etnográfico que desenvolvi durante as pesquisas de doutoramento (2018–2022) e pós-doutoramento (2023–2024), reflito sobre um conjunto de zonas cinzentas e ângulos mortos nos estudos sobre migrações portuguesas intraeuropeias. Neste artigo, discuto nomeadamente o uso das noções de “emigrante”, “idade”, “percurso de vida”, “género” e “etnicidade”, apelando a uma abordagem reflexiva da chamada “emigração portuguesa” e, mais amplamente, do processo de produção do conhecimento. Esta reflexão reveste particular importância na medida em que certas categorias se revelam demasiado rígidas para dar conta dos atuais padrões de circulação, bem como da fluidez que caracteriza as vivências de pessoas com experiências e/ou origens migratórias.

PALAVRAS-CHAVE

emigração portuguesa, reflexividade, epistemologia, categorias de análise, categorias de prática

GREY ZONES AND BLIND SPOTS: REFLECTIONS ON KNOWLEDGE PRODUCTION IN PORTUGUESE MIGRATION STUDIES

ABSTRACT

In the Portuguese context, the figure of “the emigrant” has persisted over time, permeating media representations, political discourses and scientific productions. While the sociology of migration has produced numerous texts on “emigration” and “return”, there are few reflections on the conditions of knowledge production. This paper aims to contribute to a critical reflection on the categories employed in research produced in Portugal. Drawing on a series of epistemological questions arising from the ethnographic work I undertook during my doctoral research (2018–2022) and postdoctoral research (2023–2024), I explore several grey zones and blind spots in studies on Portuguese migration within Europe. Specifically, I focus on the notions of “emigrant”, “age”, “life course”, “gender”, and “ethnicity”, advocating for a reflexive approach to the so-called “Portuguese emigration” and, more broadly, to the process of knowledge production. This reflection is particularly important insofar as certain categories are proving to be too rigid to account for contemporary mobility patterns, and for the fluidity characterising the lives of individuals with migratory backgrounds and/or origins.

KEYWORDS

Portuguese emigration, reflexivity, epistemology, categories of analysis, categories of practice

A crítica epistemológica é indissociável da crítica social. — Pierre Bourdieu, *Leçon sur la Leçon*

O discurso sobre o objeto faz parte do objeto e deve ser integrado no objeto de estudo ou tornar-se ele próprio o objeto de estudo. — Sayad, *La Double Absence. Des Illusions de l'Émigré aux Souffrances de l'Immigré*

1. INTRODUÇÃO: POR UMA ABORDAGEM REFLEXIVA À “EMIGRAÇÃO PORTUGUESA”

Embora os movimentos migratórios sejam uma constante estrutural da sociedade portuguesa e um fenómeno multiseccular (Serrão, 1970), as saídas e (re)entradas da população conhecem ciclos, em função de alterações na estrutura económica e política do país. Independentemente da sua variação em intensidade ao longo do tempo, os fluxos num e noutro sentido têm sido ininterruptos, tal como a produção académica, desde meados da década de 1960. Já a atenção política e mediática dada aos movimentos migratórios de nacionais tem oscilado. O tema da “emigração” foi ganhando visibilidade em momentos de crise e perdendo relevância em períodos de maior otimismo económico e político, ao ponto de, na década de 1990, ter-se criado “a ilusão de que o país se tornara num país de imigração” (Góis & Marques, 2018, p. 126). Por detrás desta mudança lexical, estava em jogo a representação de Portugal como um país “desenvolvido” que, tal como os restantes membros do clube europeu, passou a receber mão-de-obra estrangeira. No entanto, nunca deixámos de ser, simultaneamente, um país emissor: “a emigração tem sido um fenómeno constante na sociedade portuguesa (...), pelo que mesmo quando a emigração não se mencione especificamente, devemos estar cientes que existe” (Padilla & Ortiz, 2012, p. 161). Na viragem do século XX para o século XXI, a continuidade dos fluxos de saída é, contudo, um facto desconsiderado: “a emigração portuguesa adquire um estatuto de quase invisibilidade na abordagem dos fenómenos migratórios associados a Portugal, tanto por parte de políticos, como de académicos” (Malheiros, 2011, p. 133). Na esfera mediática nacional, embora fosse dado algum destaque a “emigrantes” nos canais televisivos portugueses, a tónica é colocada na “integração, sucesso e apego às origens” (Antunes da Cunha, 2009a, p. 219) de quem já se encontra radicado fora de Portugal há vários anos. Na imprensa, as notícias relacionadas com a “emigração portuguesa” estão sobretudo associadas a determinados eventos (por exemplo, eleições legislativas portuguesas, Conselho das Comunidades Portuguesas, visitas de secretários/as de Estado) e esporadicamente a movimentos migratórios. É no rescaldo da crise económica e financeira de 2008 e sobretudo nos “anos da troika” que a “emigração” ganha projeção junto da opinião pública portuguesa. Entre 2011 e 2013, o volume de saídas observado é comparável ao de finais da década de 1960 (Pires et al., 2020). Desde então, multiplicam-se as notícias sobre a saída da “geração mais

qualificada de sempre” (Marques et al., 2024)¹ que “part[e] por não encontrar espaço para trabalhar no seu país” (Firmino & Silva, 2024, para. 1). Recuperar e reter esse capital humano tornou-se, assim, uma prioridade política desde 2013 (Lusa, 2013). Em 2015, é adotada a medida “VEM – Valorização do Empreendedorismo Emigrante”; em 2017, é implementado o projeto *Empreender 2020: Regresso a Portugal de uma Geração Preparada* e, em 2019, o programa “Regressar”².

A última década e meia tem sido marcada por sucessivas crises e estas têm sido acompanhadas por “um crescimento acelerado das saídas de cidadãos portugueses, tanto qualificados como de pouca qualificação, embora a comunicação social ressalte especialmente a saída de recursos humanos qualificados” (Padilla & Ortiz, 2012, p. 165). Esta é uma evidência empiricamente observável através do consumo regular de notícias: o enfoque nas pessoas jovens com qualificações superiores. São essas que os governos procuram reter, recuperar ou atrair e pelas quais existe uma forte competição no plano internacional. A centralidade da “emigração qualificada” pode igualmente ser observada na produção académica realizada em Portugal (e.g., Gomes, 2015; Lopes, 2014; Peixoto et al., 2016). Assim, os movimentos migratórios de certas categorias populacionais suscitam mais interesse (e preocupação) do que os de outras, que acabam silenciadas e invisibilizadas. Deste interesse diferenciado — e tal como sucede na parábola “Os Cegos e o Elefante”³, em que cada um só vê determinada parte do animal — resulta uma perspetiva enviesada das migrações portuguesas, da qual decorrem ilações parciais sobre as consequências demográficas e económicas e que são suscetíveis de gerar tensões sociais. Neste aspeto, a academia pode ter um papel de desconstrução de representações enviesadas, ou pode, pelo menos, contribuir para não as reproduzir e consolidar.

Não tenho a pretensão de abordar todas as questões que valeriam a pena sê-lo numa discussão crítica sobre “emigração portuguesa”. Irei cingir-me a um conjunto de questões que considero prementes serem levantadas e que constituem alguns dos atuais ângulos mortos da literatura produzida em Portugal. Tomo como ponto de partida questionamentos epistemológicos que foram surgindo nas pesquisas de terreno que desenvolvi entre a Suíça e Portugal⁴.

¹ “Estamos a perder a geração mais qualificada de sempre”, Grande Reportagem SIC de 30 de maio de 2024. Esta expressão foi usada em diversos discursos políticos, por exemplo: Acção Socialista, 21 de dezembro de 2017 “Fixar a Geração Mais Qualificada É a Chave Para a Competitividade do País” (<https://ps.pt/fixar-a-geracao-mais-qualificada-e-a-chave-para-a-competitividade-do-pais>; consultado a 31 de maio de 2024), e igualmente em documentos oficiais, por exemplo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019 (2019).

² A “VEM – Valorização do Empreendedorismo Emigrante” foi uma medida adotada no âmbito do Eixo V do Plano Estratégico para as Migrações (2015–2020), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 (2015), que foi financiada pelo Programa Operacional para a Inclusão Social. O *Empreender 2020* foi um projeto da Fundação AEP apoiado pelo Portugal 2020, no âmbito do Compete 2020. O “Regressar” foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019 (2019) e por duas vezes prolongado e renovado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2020 (2020) e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2023 (2023), que estabeleceu o seu termo em 31 de dezembro de 2026.

³ Esta parábola é encontrada em textos budistas, hindus e jainistas e é usada para discutir os limites da percepção. Nela, seis homens cegos tentam adivinhar ao que se parece um animal que nunca tinham visto antes (um elefante). Baseando-se nas suas percepções quando apalpam o animal, fazem afirmações, achando deter a verdade, quando, na realidade, estão somente a descrever a sua perspetiva individual e não o elefante como ele é.

⁴ Realizei uma pesquisa de doutoramento (2018–2022) sobre a transição para a reforma e a migração de regresso de casais portugueses na Suíça e uma pesquisa de pós-doutoramento (2023–2024) sobre famílias transnacionais e o impacto da migração de regresso na reforma nos descendentes que permanecem na Suíça.

Na senda de autoras como Janine Dahinden e Bridget Anderson (2021) e de Parvati Raghuram (2021), defendo uma abordagem reflexiva que preste maior atenção à utilização, e produção, de categorias no campo das migrações. Indubitavelmente, as categorias que escolhemos usar nas nossas pesquisas influenciam a forma como se olha para os fenómenos e atores sociais. Importa, por isso, interrogarmos: que categorias são usadas em ciências sociais para se falar das pessoas migrantes e das suas experiências?⁵ Como são produzidas essas categorias e por quem? Como evoluem em termos espaço-temporais? Tal como adverte Anderson numa entrevista (Sager, 2018): “nós, investigadores/as, temos de refletir cuidadosamente acerca de como fazemos investigação e de como também somos cúmplices na criação destas categorias” (p. 100).

Tendo por base o trabalho etnográfico que venho desenvolvendo desde 2018, proponho refletir sobre as noções de “emigrante”, “idade”, “percurso de vida”, “género” e “etnicidade” nos estudos migratórios em Portugal.

2. DA NECESSIDADE DE REPENSAR A FIGURA DE “O EMIGRANTE”

A figura de “o emigrante”⁶ permeia os discursos políticos, mediáticos e científicos, que tendem a influenciar-se mutuamente⁷. Esta é, porém, uma noção obsoleta. Miriam Halpern Pereira (2013) procurou retraçar a sua historicidade e constata que terá surgido como categoria administrativa na Carta de Lei de 31 de janeiro de 1863, que põe termo às rígidas formas de controlo do movimento de pessoas no território nacional e na qual são definidas as condições de emissão de passaporte para viajantes nacionais que saem do território. Em 1970, Joel Serrão estabelece uma distinção entre “emigração colonizadora” e “emigração *tout court*”. Este autor sugere que “chamemos *emigrante* tão-só àquele que resolveu abandonar o país por *motivos pessoais*, livremente concebidos, independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes em oposição a estas” (Serrão, 1970, p. 598). Esta distinção deixou de fazer sentido após a transição democrática e o processo de descolonização. O termo “colono”, cujo uso se havia mantido juntamente a “emigrante”, caiu em desuso, mantendo-se somente para estudar determinados contextos circunscritos no espaço e no tempo⁸.

⁵ Existem numerosas categorias sobre portugueses/as que saíram do país e seus descendentes. O artigo não aborda a maior parte delas, esse não é o seu objetivo. O intuito deste texto é, sim, o de interpelar quem trabalha na área das migrações a refletir sobre as categorias que usa no seu próprio trabalho, quaisquer que sejam essas categorias.

⁶ Uso o substantivo no masculino para sublinhar uma construção prototípica que entrou no imaginário português no século XX e perdurou no tempo. “O emigrante” é o nome de numerosos cafés e restaurantes em Portugal (por exemplo, em Evoramonte, em Pedrogão Grande, em Castro Daire, e no estrangeiro), de monumentos (por exemplo, em Lisboa, Monção, Pombal, Ponta Delgada) e de ruas em todo o país (por exemplo, em Chaves, Águeda, Ericeira, Ovar); é igualmente o título de uma música de 1965 (do Conjunto Maria Albertina) e de um jornal fundado em 1970 (atualmente intitulado Mundo Português).

⁷ Os média retomam com frequência os discursos provenientes tanto da esfera política como académica. Por vezes dão eco a esses mesmos discursos e retomam os seus vocábulos e perspetivas, mas, por vezes, ignoram os termos avançados por quem é especialista de determinado assunto, reproduzem chavões e falham a oportunidade de contribuir para desconstruir pré-noções.

⁸ Veja-se, por exemplo, o trabalho de Cláudia Castelo (2013) sobre o colonialismo português e o povoamento de Angola e Moçambique. Sobre a evolução da política de emigração desde finais do século XIX até aos anos 1960 e o encorajamento da emigração para as colónias africanas; veja-se também Pereira (2011).

Embora, no panorama nacional, o termo “emigrante” tenha resistido e seja ainda amplamente utilizado⁹, a literatura internacional tem privilegiado o termo “*migrant*” porque, como venceu o sociólogo francês Abdelmalek Sayad (2006, p. 21), emigração e imigração são duas dimensões de um mesmo fenómeno¹⁰. Neste sentido, “migrante” apresenta a vantagem de “restabelecer a integridade do emigrante/imigrante reconciliando estas duas figuras aparentemente diferentes numa só” (Azevedo et al., 2022, p. iii). Enquanto os termos “emigrante” e “imigrante” privilegiam uma só perspetiva — a do país de partida *vs* a do país de destino — “migrante” possibilita ampliar o foco analítico e dar conta das duas faces da moeda. Assim, falar em “migração” (em vez de “emigração”) permite colocar a tónica, não na partida ou na ausência de um determinado espaço nacional, mas antes nas *circulações* entre diversos espaços geográficos, económicos e socioculturais (são exemplo disso estudos como os de Rocha-Trindade, 1976, e de Charbit et al., 1997). De facto, não raras vezes, as pessoas migrantes efetuam múltiplas migrações entre países (devido a tentativas de regresso que fracassam, por exemplo) ou migrações sequenciais, mudando de país quando as condições que permitiam a sua estadia se alteram (fenómeno definido como *onward migration*, em língua inglesa — ver, por exemplo, Ahrens e King, 2023).

Poder-se-á entender a persistência do vocábulo “emigrante” como um vestígio das expectativas em torno do seu regresso? Os discursos nacionais sobre a emigração contêm, igualmente, um conjunto de propostas sobre o movimento contrário ao de saída. Implicitamente, assume-se o volume de pessoas que migram num ou noutro sentido como um indicador do desenvolvimento económico e político do país.

Talvez por isso os primeiros programas eleitorais do Partido Popular Democrático (1974)¹¹ e do Partido Socialista (1976)¹² continham expectativas explícitas quanto ao regresso de quem havia anteriormente “votado com os pés” (Pereira, 2017, p. 42). Ambos os partidos defendiam a criação de condições económicas e sociais que permitissem a quem estava emigrado, ou se havia exilado durante a ditadura, voltar para Portugal. E, se “o elevado número de entradas no final da década de 70 e início da década de 80, provenientes principalmente da Europa, deu visibilidade e criou expectativas acerca deste fenómeno” (Baganha & Peixoto, 1997, p. 28), tal deveu-se sobretudo à recessão económica nos países de destino (França e Alemanha) e ao processo de descolonização. Em última instância, os fluxos de regresso ficaram aquém do que era esperado, como se veio a verificar nos censos (Pires, 2016).

As expectativas contidas nas aspirações democráticas foram, aliás, contrariadas, já que as saídas aumentaram no início da década de 1980 (com a retoma económica

⁹ Veja-se, entre outros exemplos possíveis, Gomes (2015), Oliveira et al. (2016), Ferro (2018) e Rocha et al. (2020).

¹⁰ O mesmo foi reconhecido por Manuela Aguiar, Secretária de Estado da Emigração entre 1980 e 1987, que, numa entrevista realizada em 2014, afirmou: “a emigração significa também imigração: a pessoa é simultaneamente emigrante e imigrante, faz a ponte entre duas sociedades, é das duas ao mesmo tempo” (Pedroso, 2014, p. 325).

¹¹ Disponível em <https://www.psd.pt/sites/default/files/2020-09/programa-partido-1974.pdf> (consultado a 31 de maio de 2024).

¹² Disponível em https://ps.pt/wp-content/uploads/2021/03/1976.25.abr_Programa.para_um_Governo.PS_Vencer.a.Crise_Reconstruir.o.Pais_.pdf (consultado a 31 de maio de 2024)

nos países mais industrializados, enquanto Portugal se debatia com uma crise que conduziu à intervenção do Fundo Monetário Internacional), e novamente após a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986. A melhoria da conjuntura nos anos 1990 não interrompeu o fenómeno da emigração, mas ocultou-o, dando a ilusão de uma alteração estrutural que, afinal, foi conjuntural.

Note-se que, a partir da década de 1980, novos termos são adotados para designar a população portuguesa residente no estrangeiro, tais como “comunidades portuguesas” — nomeadamente no que diz respeito à nomenclatura da orgânica governativa (secretaria de estado¹³ e direção-geral¹⁴) — mas também “lusu-descendentes” ou ainda “diáspora”¹⁵. Previamente, em 1978, fora decretado que o dia 10 de junho passaria a ser dedicado a Portugal, a Camões e às comunidades portuguesas no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 39-B/78, 1978, art. 1º). Como sabemos, os termos contêm pressupostos ideológicos e, neste caso, têm como efeito “alimenta[r] a imaginação de uma nação portuguesa além das fronteiras territoriais” (da Silva & dos Santos, 2009, p. 127). Daqui resulta o prolongamento do projeto expansionista português, dando continuidade à ideia de um Estado transnacional e incumbindo aos/às portugueses/as residentes no estrangeiro o papel de “embaixadores” de Portugal (Antunes da Cunha, 2009b; dos Santos, 2014). Um propósito reforçado por conteúdos mediáticos como o programa “Portugueses pelo Mundo”, criado pela Rádio e Televisão Portuguesa em 2010¹⁶.

Observe-se ainda que ao mesmo tempo que, no campo do direito e da fiscalidade, foi introduzida a expressão “portugueses residentes no estrangeiro”, a categoria “emigrante” permanece no plano administrativo e político. Assim, nos últimos anos, foram criados Gabinetes de Apoio ao Emigrante e um Ponto de Contacto para o Regresso do Emigrante. Por outro lado, o Observatório da Imigração, criado em 2002, deu lugar ao Observatório das Migrações¹⁷. Este observatório produz dados e documentos relacionados com a “integração de migrantes em Portugal”, subentendido pessoas de nacionalidade estrangeira. Em paralelo, desde 2009, o Observatório da Emigração (s.d.) desenvolve

¹³ A sua designação variou ao longo do tempo, foi Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, Secretaria de Estado da Emigração, e é atualmente da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. A evolução da nomenclatura pode ser pesquisada em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx> (consultado a 16 de setembro de 2024)

¹⁴ De 1980 a 1994, esteve em funcionamento o Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas, criado pelo Decreto-Lei n.º 316/80 (1980). A sua extinção deu lugar à Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, criada pelo Decreto-Lei n.º 53/94 (1994).

¹⁵ Estas alterações revestem conotações que remetem para uma continuidade ideológica na forma como Portugal é pensado: “comunidades portuguesas” remete para a ideia de “uma nação espalhada pelo mundo” (Feldman-Bianco, 1992, p. 37) e “lusu-descendentes” para a “ideia de nação portuguesa transnacional” (dos Santos, 2002, p. 19; 2014).

¹⁶ Este programa “apresenta, em episódios de cerca de quarenta minutos, uma galeria de retratos de compatriotas residentes no estrangeiro. Um conjunto de ingredientes (tema e enquadramento discursivo, estrutura e ritmo do programa, periodicidade, horário e local de emissão) fizeram deste programa uma referência na visibilidade e representação da diáspora portuguesa no panorama mediático nacional” (Antunes da Cunha, 2017, p. 8). Encontra-se disponível online em <https://www.rtp.pt/play>.

¹⁷ Este observatório foi originalmente criado no âmbito do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, criado em 2002 e que, em 2007, deu lugar ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, tendo sido renomeado Alto Comissariado para as Migrações em 2014. Passou a chamar-se Agência para a Integração, Migrações e Asilo em 2023.

atividades de “recolha, análise e disponibilização de indicadores estatísticos e de outra informação documental, de diferentes origens, sobre a emigração e as comunidades portuguesas” (para. 4). Constata-se, assim, uma associação da categoria “migrantes” a pessoas não-nacionais, das quais se espera que contribuam para suprir a escassez de mão-de-obra nacional, reforçar a sustentabilidade da segurança social e reduzir o envelhecimento demográfico. Simultaneamente, continua a ser aplicado à população “portuguesa” o discurso do “emigrante”¹⁸, cujo subtexto convida a contribuir para o desenvolvimento do país, enviando remessas ou tornando-se “investidor da diáspora”¹⁹ e, se possível, a regressar ainda em idade de procriar ou com a família. Num e noutro caso, a questão do envelhecimento está ausente, não se reconhecendo o facto de que a população migrante “jovem” irá necessariamente envelhecer.

3. UM DUPLO ENVIESAMENTO: JUVENTUDE E MERCADO DO TRABALHO

A predominância do foco no mercado de trabalho, ao nível da produção científica e discursos políticos²⁰, tem como consequência a ocultação das migrações de pessoas que se encontram fora da estrutura económica, como as crianças, estudantes, pessoas reformadas e quaisquer outras pessoas que tenham saído do mercado de trabalho, seja por motivos familiares ou de saúde. Esta observação não se cinge apenas ao panorama nacional, Tanja Bastia et al. (2022) fazem notar que existem “pressupostos generalizados de que os migrantes são geralmente jovens adultos” (p. 1009).

Na literatura sobre migrações portuguesas, a perspetiva das crianças e jovens está frequentemente ausente, bem como a das pessoas mais velhas. Por exemplo, o que sabemos daqueles/as que acompanham os pais numa migração de regresso e que de Portugal, muitas vezes, só conhecem o ambiente das férias? E o que sabemos dos desafios de instalação de quem viveu uma vida inteira ou várias décadas no estrangeiro e se muda para Portugal na reforma? Pouca coisa ou praticamente nada. Estão por apurar os seus contributos para o desenvolvimento económico, social, político e cultural dos territórios nos quais se inserem. O foco tem sido colocado na recuperação de capital humano e na captação de capital económico, uma dupla mensagem contida no programa Regressar que visa explicitamente atrair pessoas em idade “ativa” e atrair investimento. O corolário deste propósito é a afirmação de que “[r]eter talento das novas gerações é o maior desafio estratégico de Portugal” (*Rever Talento das Novas Gerações É o Maior*

¹⁸ Embora certos grupos dotados de um capital cultural e simbólico mais elevado sejam por vezes (auto)categorizados noutros moldes (fala-se então preferencialmente em mobilidade ou em expatriação), o campo lexical prevalectante é o da “emigração / emigrante”.

¹⁹ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020 (2020) criou o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora e o Estatuto de Investidor da Diáspora.

²⁰ Na esfera mediática, na última década, tem sido dado algum destaque às pessoas reformadas estrangeiras que se instalam em Portugal, destaque esse relacionado com o estatuto de Residente Não Habitual, uma medida que, até dezembro de 2023, contemplava benefícios fiscais para quem que se instalasse e auferisse de uma pensão de velhice proveniente de um outro país. Não obstante, quando o assunto é a “emigração portuguesa”, o foco na juventude e no trabalho são predominantes.

Desafio Estratégico de Portugal, 2021)²¹. Assiste-se, assim, à recuperação de um discurso economicista sobre o capital humano que é tão antigo quanto o próprio fenómeno migratório. Victor Pereira (2010) mostra que há muito que, em Portugal, emigrar é visto como “a perda de um precioso capital humano necessário ao progresso da metrópole” (p. 139). O autor acrescenta que a emigração só ganhou legitimidade a partir do século XIX, ao servir o propósito colonial de povoar: a colonização era apresentada como uma alternativa lícita à emigração (sobre este assunto, ver também M. H. Pereira, 2011).

Na esfera política, o exemplo mais recente desta tentativa de retenção de “talentos” data de maio de 2024, com o anúncio pelo recém-empossado governo da Aliança Democrática de um pacote de medidas dirigido a jovens. “A mensagem principal é dizer aos jovens que vale a pena viver em Portugal”, resumiu o Primeiro-Ministro Luís Montenegro em conferência de imprensa, tendo ainda acrescentado: “precisamos dos jovens portugueses em Portugal, para termos todos mais futuro” (Correia, 2024, para. 5).

Estes discursos e respetivas medidas podem ser interpretados como atos performativos, cujo propósito simbólico é mais importante do que os seus efeitos reais, sentidos como limitados. Para potenciar esta estratégia, diferentes agentes económicos foram chamados a fazer parte da solução (apelando-se ao aumento dos salários e das oportunidades profissionais para os jovens, por exemplo). Por outro lado, foram alteradas as classificações políticas relacionadas com a juventude, categoria que foi alargada até aos 35 anos no âmbito da mais recente medida de IRS Jovem. Esta medida impele a lembrar Pierre Bourdieu (1981/2002) que afirmava que “[o]s sistemas de classificação são produtos sociais e, como tal, estão no centro de uma disputa permanente” (p. 92). Efetivamente, as divisões da população (em grupos etários ou outros) resultam de convenções sociais que se alteram ao longo do tempo. Daí decorre que uma idade atualmente considerada jovem foi, noutras épocas, considerada uma idade avançada.

4. A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO E DO IDADISMO NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS

As migrações e o envelhecimento da população são duas das principais tendências demográficas na Europa desde o início do século. Não só há cada vez mais pessoas em idade de reforma, como temos vindo a assistir a um aumento da população envelhecida com percursos migratórios (Ciobanu, 2021). Este não é um fenómeno novo e certos autores vêm chamando a atenção para o aumento da mobilidade das camadas mais velhas da população²², bem como para a sua diversidade há pelo menos duas décadas (Warnes et al., 2004). No plano internacional, o cruzamento entre envelhecimento e migrações tem,

²¹ Frase do Primeiro-Ministro António Costa num congresso em 2021, onde reconheceu que Portugal tem “um problema social muito grande para o futuro, com situações com pessoas sobre-qualificadas para os empregos que ocupam e também simultaneamente sub-remuneradas, gerando situações de frustração e de risco de incentivo à emigração” (*Rever Talento das Novas Gerações É o Maior Desafio Estratégico de Portugal*, 2021, para. 9).

²² No campo das migrações e envelhecimento, não existe uma demarcação única em termos de idade para designar “um/a migrante idoso/a”. Certos estudos focam-se nas pessoas acima dos 50–55 anos, mas outros retêm o limite dos 65 anos, por este ser, num grande número de países, a idade convencional para transitar para a reforma. É, por isso, uma classificação que permite comparações estatísticas internacionais. Todavia, esta delimitação é contestável, até porque existe um “crescente distanciamento entre a idade da reforma e a idade da velhice” (Fernandes, 2016, p. 32).

aliás, sido um campo fecundo de investigação. Já no plano nacional, embora tenham sido produzidos alguns estudos na última década (Azevedo, 2022, 2023; Machado, 2012; Machado & Roldão, 2010; Marques & Ciobanu, 2012; Sampaio, 2017), este nexo representa uma linha de pesquisa incipiente. Podemos, por isso, afirmar que o campo das migrações e envelhecimento carece de uma maior atenção em Portugal, tanto por parte da academia como de responsáveis políticos. Primeiro, porque a população envelhecida com percursos de vida marcados pelas migrações ou mobilidades internacionais, atuais ou passadas, tem vindo a aumentar; segundo, porque é uma população que, tendo necessidades distintas das das camadas mais jovens, acarreta desafios distintos em termos de políticas públicas, por exemplo, no que se refere a infraestruturas e equipamentos sociais; terceiro, porque dispõe de recursos, económicos e/ou outros, que podem contribuir para o desenvolvimento dos territórios nos quais se fixam bem como para aumentar as desigualdades intra e interterritoriais.

Num outro texto, tive a oportunidade de assinalar de que forma as migrações de pessoas acima dos 65 anos contribuíram, na última década, para acelerar o envelhecimento demográfico em Portugal²³, em particular o efeito conjugado da vinda de reformados/as estrangeiros/as atraídos/as por benefícios fiscais (como o estatuto de Residente Não Habitual) e de reformados/as portugueses/as residentes no estrangeiro com património e laços familiares em Portugal (Azevedo, 2022).

Num país onde a população acima dos 65 anos vai ganhando peso demográfico²⁴, é necessário dar mais atenção a este grupo populacional, composto por nacionais e não-nacionais, cujos padrões de mobilidade são variados e variáveis. Uma abordagem às mobilidades sob o ângulo da reforma (tal como a *retirement mobilities approach* proposta por Nedelcu et al., 2023) permite adotar uma perspetiva multifocal e analisar práticas de (i) mobilidade relacionadas com a idade, bem como analisar práticas transnacionais de pessoas envelhecidas, sejam elas migrantes ou não-migrantes. Efetivamente, as pessoas que não migram também desenvolvem práticas de mobilidade transnacional, nomeadamente para prestar apoio ou visitar os/as descendentes nos países onde estes/as residem. Esta proposta teórico-metodológica adota uma lente analítica policêntrica que permite dar conta da complexidade das mobilidades transnacionais enredadas em configurações familiares também elas complexas: tanto as mobilidades de quem parte, como as de quem fica, sejam elas físicas ou mediadas por tecnologias.

Ao frequentar com regularidade rotas aéreas para destinos onde a população portuguesa é numerosa, tais como Genebra ou Luxemburgo, apercebemo-nos da multiplicidade de perfis de pessoas acima dos 60 anos que viajam de/para Portugal e de como as suas mobilidades estão imbrincadas nas migrações anteriores efetuadas pelas próprias

²³ De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística provenientes dos Censos, por 100 jovens, Portugal tinha um rácio de 102 pessoas idosas em 2001, de 128 em 2011 e de 182 em 2021, tornando-se, nesse ano, o terceiro país com o índice de envelhecimento mais elevado em termos mundiais. Para estabelecer o índice de envelhecimento da população, o Instituto Nacional de Estatística compara a população com 65 e mais anos com a população dos 0 aos 14 anos (de assinalar que os limites de idade para o cálculo deste indicador não sofreram alterações entre 2001 e 2021).

²⁴ De acordo com os últimos censos, as pessoas acima dos 65 anos representavam 23,4% da população em Portugal em 2021 (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

ou por familiares próximos. De assinalar a importância da interdependência entre migrações e mobilidades, que podem ser vistas como polos de um mesmonexo (Piccoli et al., 2024). Esta perspetiva relacional permite compreender como diferentes movimentos transnacionais se entrelaçam e se constituem mutuamente, além de possibilitar evidenciar pressupostos normativos que sustentam certas categorias nos estudos sobre migrações. Particularmente interessante é também a possibilidade de alargar o enfoque das migrações às pessoas não-migrantes que, por variados fatores, entre os quais a idade, se tornam pessoas em mobilidade: refiro-me às avós que ficaram no país de origem e desenvolvem práticas de mobilidade quando, por exemplo, nascem netos/as em contexto migratório, mas igualmente aos/às descendentes de migrantes que anualmente passam férias junto da família em Portugal.

A falta de atenção e de debate em torno da mobilidade transnacional de pessoas mais velhas resulta, nomeadamente, da centralidade de problemáticas relacionadas com o mercado de trabalho e a juventude. O (pouco) interesse académico que, em Portugal, as migrações e mobilidades das pessoas reformadas ou perto da reforma têm suscitado não acompanha as tendências observadas²⁵.

Há quem fale de idadismo nas ciências sociais, ou seja, de preconceito em relação à “idade” (Thouez, 2010). Este autor ressalta, entre outras tendências, a de homogeneizar os traços dos indivíduos de um determinado grupo etário. Pegando no exemplo da categoria “60 anos e mais”, Thouez (2010) frisa que esta prática oculta a grande diversidade de pessoas contidas nesta categoria, o que é ainda mais problemático quando os resultados das pesquisas visam sustentar políticas públicas. A literatura especializada tende, aliás, a distinguir entre “jovem-velho” (*young-old*) e “velho-velho” (*old-old*), colocando o marcador nos 80 anos. Mas há quem distinga entre “*old, old-old, oldest old*” usando a fasquia dos 75, 85 e 95 anos para criar estas subcategorias (Cohen-Mansfield et al., 2013). Afinal, a idade e os conceitos de velhice e juventude são construídos social, institucional e estatisticamente e, por isso, a fronteira entre juventude e velhice não é estável (Bourdieu, 1981/2002).

5. PERCURSO DE VIDA: PARA UMA LEITURA MAIS FINA DAS MIGRAÇÕES

A perspetiva do percurso de vida é ainda pouco mobilizada nos estudos migratórios (Wingens et al., 2011), no entanto, tem um grande potencial heurístico: permite uma análise mais fina dos processos e experiências migratórias e é útil para repensar

²⁵ Dados do Eurostat (referentes ao período 2010–2015) analisados por Ciobanu et al. (2016) mostram que, na maioria dos países europeus, houve um crescimento significativo do número de residentes nascidos/as no estrangeiro com 55 ou mais anos — em Portugal o aumento foi de 72%. Os relatórios anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.) corroboram esses dados e indicam que a população estrangeira residente em Portugal com 65 e mais anos mais do que duplicou: 4,1% em 2010 e 9,5% em 2020. Este crescimento deve-se, em parte, ao aumento de pensionistas que optaram por se instalar em Portugal depois da reforma (Azevedo, 2022). Assim, ao considerarmos a população acima de 60 anos, Portugal surge como um dos principais países recetores na Europa, tanto de população estrangeira como nacional. De acordo com o gabinete suíço de estatísticas (OFS, 2024), Portugal tornou-se, em 2023, o principal destino na Europa (em números relativos) dos fluxos (pessoas 65+) provenientes da Suíça. O mesmo documento refere igualmente um crescimento da emigração de portugueses/as acima dos 65 anos.

algumas categorias. Tomemos o exemplo de “primeira” e “segunda” geração de migrantes. Assume-se, erradamente, que são categorias consensualizadas, mas, na realidade, o seu entendimento varia de acordo com o país e o contexto socio-histórico. Assim, a categoria “segunda geração” tanto se refere às pessoas nascidas no país de destino apenas (Gaspar, 2018), como pode igualmente referir-se às crianças que foram escolarizadas nesse país antes de uma determinada idade (Chimienti et al., 2021). A questão torna-se mais complexa quando, no terreno, se observa a existência de múltiplas “primeiras” e “segundas” gerações que se distinguem tanto pela coorte de nascimento como pela fase da vida em que chegaram ao país de destino. Existe uma grande variabilidade dentro de cada uma destas categorias e utilizá-las implica ter o cuidado de situar historicamente o fluxo migratório a que se referem, caso contrário, corre-se o risco de trabalhar com categorias que parecem homogéneas, mas não o são. Migrar para um determinado país, aos 25 ou aos 40 anos, em 1970, 1990 ou 2010 remete para experiências migratórias completamente diferentes e para distintos contextos socioeconómicos e políticos de partida e chegada. Ser descendente de migrantes portugueses e ter nascido nesse mesmo país em 1970, 1990 ou 2010, embora possa comportar experiências análogas no plano da categorização social (devido às origens migratórias) e na relação com Portugal, remete igualmente para experiências e trajetórias diferentes.

A categoria “geração” é, por isso, incapaz de dar conta de trajetórias individuais e familiares compostas por vários movimentos migratórios. Para ilustrar este ponto, proponho um exemplo baseado em vários casos encontrados durante a pesquisa de terreno: Os avós de Isabel²⁶ migraram para França em 1965, onde pouco depois nasceu Ana, mãe de Isabel. Em finais dos anos 1970, a família voltou para Portugal, mas Ana tornou a migrar dez anos depois, desta vez para a Suíça, onde Mário, com quem casou, era trabalhador sazonal. Isabel nasceu na Suíça em 1990. Ana e Mário decidiram voltar para Portugal quando Isabel terminou a escola primária. Quando conclui a licenciatura e perante uma taxa de desemprego elevada, em 2012, Isabel mudou-se para o Luxemburgo, onde reside até hoje. Afinal, a que geração pertence Isabel? A resposta não é unívoca e varia consoante a perspetiva (nacional) adotada.

O termo “geração” é igualmente utilizado para falar de fluxos migratórios situados em temporalidades diferentes. Assim, “primeira geração” vem sendo usada ora para designar pessoas adultas que migraram por sua iniciativa (por oposição a “segunda geração”, crianças que não escolhem viver num país diferente daquele da sua nacionalidade de origem), ora para designar quem saiu há várias décadas de Portugal, aludindo-se a uma migração mais antiga (numa oposição “velha” vs “nova emigração”).

A perspetiva do percurso de vida introduz uma dimensão temporal que possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas migratórias e da diversidade de perfis e trajetórias contida no termo “emigrantes portugueses”. De igual modo, ao considerar a inter-relação entre tempos biológicos (individual e familiar) e tempos históricos (Hareven, 1994), esta perspetiva contribui para aclarar certas tensões e descatos, observáveis nos destinos tradicionais, entre pessoas de fluxos migratórios mais antigos e mais recentes.

²⁶ Nomes fictícios.

João Teixeira Lopes (2014) refere alguns exemplos destas tensões no estudo que realizou no início da década passada sobre “emigração qualificada para França”. Entender por que razões “os mais velhos amiúde se referiam aos novos emigrantes como ‘gente diferente’, ‘agarrada ao computador’, ‘que não se integra na vida associativa’, ‘que não quer trabalhar’ e que ‘está a prejudicar a boa imagem dos portugueses em França’” (p. 5), requer situar a migração de uns/umas e outros/outras nas suas biografias²⁷, mas igualmente nos respetivos contextos sociopolíticos, na origem e no destino. Ou seja, além das variáveis clássicas — como idade e escolaridade, por exemplo — importa ter em conta os princípios teóricos do percurso de vida (Elder Jr., 1994; Elder Jr. et al., 2003)²⁸, tais como o *momento* (*timing*) das suas vidas (em que mudaram de país), o *tempo histórico* e o *lugar* (em que as pessoas foram socializadas, transitaram para a vida adulta ou chegaram a determinado país/localidade).

Considerar estes elementos no seu conjunto conduz a um melhor entendimento das razões pelas quais portugueses/as que vivem num mesmo território no país de destino podem nunca se encontrar. Os sucessivos fluxos migratórios provenientes de um mesmo país (neste caso, Portugal) caracterizam-se, cada vez mais, por uma grande heterogeneidade. Partilhar uma mesma nacionalidade e língua não é motivo suficiente para gerar convívio, entajuda ou sentimento de pertença a um mesmo grupo. Por estas razões, a expressão “comunidade(s) portuguesa(s)” revela-se inoperante em termos científicos. É, no entanto, frequentemente usada nos discursos políticos e mediáticos sobre portugueses/as a residir no estrangeiro²⁹. E o seu uso enquanto categoria de prática acaba por reforçar a ideia de “uma nação portuguesa espalhada pelo mundo” (Feldman-Bianco, 1992, p. 37).

A dimensão temporal, considerada em várias escalas, é, portanto, central na compreensão das dinâmicas migratórias. Ao abordar as migrações do ponto de vista longitudinal, a perspetiva do percurso de vida permite retraçar as sinuosidades das trajetórias individuais e familiares, contrariamente aos estudos que questionam as pessoas num determinado momento e correm o risco de as circunscrever às características que são as suas nesse preciso momento. Permite ainda captar variações espaciotemporais na biografia da própria pessoa e das pessoas que lhe são próximas (de acordo com o princípio das “vidas vinculadas” / “*linked lives*”³⁰), bem como dar conta da alternância entre períodos de mobilidade e imobilidade, das alterações dos projetos migratórios em termos

²⁷ Uma ideia já avançada por Everett Lee (1966) que no seu artigo seminal sobre teorias das migrações sublinhava a importância das “fases do ciclo de vida” com fator explicativo.

²⁸ Glen Elder foi pioneiro nos estudos sobre *life course* e enunciou os princípios teóricos desta abordagem. Para tal, inspirou-se num conjunto de trabalhos de outros autores, nomeadamente na obra clássica que W. I. Thomas e F. Znaniecki publicaram em 1918–1920 (*The Polish Peasant in Europe and America*) e na qual referem dimensões que ganharam centralidade na teorização do percurso de vida, por exemplo: a noção de *life history*, a tentativa de compreender a experiência migratória a partir do ciclo de vida de diferentes membros de uma mesma família, numa perspetiva intergeracional.

²⁹ São exemplo disso, o Portal Diplomático: “a comunidade portuguesa em França é a mais numerosa das comunidades portuguesas na Europa e uma das principais comunidades estrangeiras estabelecidas nesse país” (Embaixada de Portugal em França, s.d.); e notícias da imprensa escrita tais como: “entre a ‘esperança’ e a ‘preocupação’, a comunidade portuguesa na Venezuela também está na expectativa do resultado das eleições” (Vásquez, 2024).

³⁰ Para aprofundar este princípio-chave do percurso de vida, ver Elder Jr. (1994).

de objetivos e temporalidade, ou ainda das variações na intensidade das práticas e mobilidades transnacionais. O modo de inserção profissional no país de residência, a situação familiar ou o estado de saúde, por exemplo, são variáveis que se alteram ao longo da vida e moldam os projetos de vida e as intenções/ práticas de mobilidade. Em suma, os momentos de transição que pontuam a vida pessoal, familiar e profissional (tais como os nascimentos, falecimentos, casamentos, divórcios, desemprego, reforma) assumem particular relevância na compreensão das mobilidades e migrações, sejam elas internacionais ou internas, das pessoas migrantes ou das pessoas que lhes são próximas.

Consideremos, por último, o exemplo da migração de regresso na reforma, frequentemente tido como um fenómeno autoexplicativo: as pessoas voltam para o país de origem quando cessam de trabalhar para desfrutar da última fase da sua vida. Porém, certas pessoas regressam a Portugal na reforma, sem que esta seja a sua intenção nos anos que precedem a sua saída do mercado de trabalho, embora essa possa ter sido a intenção inicial quando migraram. Todavia, a combinação de fatores individuais e sociais pode conduzir a reviravoltas do projeto migratório: pode haver tentativas de regresso frustradas ou uma desistência da ideia de regressar de forma permanente, por motivos familiares, de saúde ou devido a uma reconfiguração identitária, por exemplo. A perspetiva do percurso de vida vem revelar que se trata de um fenómeno mais complexo do que parece à primeira vista (Azevedo, 2023). Recuar no tempo biográfico e familiar, no tempo socio-histórico e político, proporciona uma leitura mais fina dos motivos por detrás da migração de reforma. Assim, para alcançar as subtilezas dos processos de decisão, é necessário ter em conta a evolução dos contextos particulares de cada pessoa. Tendo em conta que o passado faz eco no presente, entender a situação atualmente observável de tal pessoa ou casal passa, portanto, por conhecer as etapas anteriores das suas vidas.

6. GÉNERO: UMALENTE ANALÍTICA INDISPENSÁVEL À COMPREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS

Durante longas décadas, o homem foi considerado o referente universal nos estudos migratórios — era o agente económico que migrava sozinho — deixando as mulheres migrantes num lugar de invisibilidade. Elas foram ganhando protagonismo nas décadas de 1970 a 1990, à medida que se institucionalizaram os estudos sobre as mulheres, de género e feministas. Mirjana Morokvašić (1984) escreve um artigo seminal intitulado “Birds of Passage Are Also Women” (“Pássaros de Passagem Também São Mulheres”), no qual evidencia o viés de género existente nos estudos migratórios. Progressivamente, vão sendo realizadas pesquisas mostrando que as mulheres são mais do que seguidoras, ou pessoas dependentes em processos de reagrupamento familiar, e que elas também migram sozinhas, se envolvem em atividades económicas e atividades transnacionais, desempenham um papel ativo nos projetos migratórios familiares e uma função social e económica importante, mesmo quando permanecem no país de origem. Os trabalhos pioneiros de Caroline Brettell (1978) e Karin Wall (1984) mostram que as

mulheres “corresponde[m] pouco às representações comuns que temos da emigração portuguesa e da sua história: uma aventura masculina” (p. 62).

A feminização dos fluxos migratórios portugueses não é recente, como atestam as fotografias de Gérald Bloncourt nos subúrbios de Paris³¹, as narrativas de quem migrou para a Europa na segunda metade do século XX e ainda algumas estatísticas. Por exemplo, no caso da Suíça, os dados disponíveis mostram que a população portuguesa naquele país se caracteriza por uma forte participação feminina (Azevedo, 2023; Marques, 2008). No entanto, essa feminização e as suas implicações em termos de relações de género (renegociação dos papéis de género na família em contexto migratório) têm sido pouco estudadas. De mencionar o trabalho de Maria Engrácia Leandro et al. (2008), que concluem que o contexto migratório é, para as mulheres portuguesas (designadamente as que migraram para França e Alemanha), um “espaço possível de realização de aspirações relativas à autonomia pessoal e familiar e de recomposição de tarefas e papéis familiares” (p. 32). Esta conclusão confirma o que fora observado noutros contextos: uma mudança de país induz uma reconfiguração das posições sociais, não só em termos de género, mas também de classe e “raça”, sendo incontornável e necessária uma perspetiva interseccional para desvendar as relações de poder (Miranda, 2018).

Progressivamente, reconheceu-se a “migração como um processo genderizado” (Christou, 2003, p. 1) e, conseqüentemente, ser “necessária uma análise de género para interpretar as experiências das pessoas migrantes” (Zontini, 2015, p. 331). É hoje consensual que o género influencia quer a decisão de partir, os processos e percursos de integração económica, social, política e cultural no estrangeiro, quer a decisão de voltar e a experiência de reintegração no país de origem.

Porém, e não obstante o género ser uma categoria de análise relevante para compreender as assimetrias nos percursos de vida das pessoas migrantes, é frequentemente desprovido do seu potencial analítico, reduzido a uma variável e recorrentemente utilizado como sinónimo de “sexo”. Esta prática advém da adoção do conceito “género” por cientistas sociais pouco familiarizados/as com a literatura teórica feminista e resulta na desproblematização do género (Pereira, 2023). Desta tendência decorre um modo de olhar para os fenómenos sociais que é problemático porque enfatiza as diferenças *intergrupais* e desconsidera as diferenças *intragrupais*, contribuindo para polarizar a análise (uns *vs* outras) e, desse modo, reproduzir estruturas de género hegemónicas. Conseqüentemente, não é raro que nos estudos migratórios prevaleça uma estereotipificação “*eles* isto, *elas* aquilo”. Contudo, autores/as que adotam uma análise mais compreensiva do género nas migrações observam que não é, por si só, uma variável explicativa suficiente, uma vez que intersecta com outras variáveis. Assim, se tomarmos o exemplo da migração de regresso, vemos que em certas circunstâncias é a mulher que não pretende regressar, enquanto noutras é o homem (Monteiro, 1994).

³¹ Veja-se a secção “Diaporama: Sur les Traces de l’Immigration Portugaise” no *site* do Musée de l’Histoire de l’Immigration (<https://www.histoire-immigration.fr/pour-une-vie-meilleure-photographies-de-gerald-bloncourt>, consultado a 28 de maio de 2024).

Embora esteja bem estabelecida na literatura a ideia de que existem diferenças de género nos processos migratórios e que limitações estruturais e escolhas individuais diferem entre mulheres e homens, adotar uma análise de género requer ir além de uma utilização binária das categorias mulheres/homens. Implica, primeiro, reconhecer o carácter socialmente construído, espacial e temporalmente situado do género; segundo, reconhecer que o género não é uma característica dos indivíduos, mas uma estrutura social; e, terceiro, adotar uma perspetiva crítica e relacional do feminino e do masculino. Além disso, problematizar corretamente os processos migratórios requer que não se “trat[e] a análise de género como mera identificação de diferenças entre mulheres e homens”, uma vez que “essa abordagem tende a *exagerar a homogeneidade interna* de cada categoria” (Pereira, 2023, p. 4). Importa, sim, analisar as diferenças dentro de cada categoria, bem como as semelhanças entre elas. Importa ainda analisar as diferenças que decorrem da interseção do género com outros eixos de desigualdade, como a classe, a origem étnica, a deficiência e outros, como foi proposto pelas teóricas feministas (Crenshaw, 1991).

7. PERSPETIVAS PÓS-COLONIAIS: AS IMPLICAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE PORTUGUESA

Outro ângulo morto que merece que lhe seja dada mais atenção é o cruzamento de estudos sobre “emigração portuguesa” e (pós-)colonialidade. Da dificuldade, em Portugal, de se assumir que uma parte da sua população é racializada (Alves, 2021), decorre o pressuposto de que a “emigração portuguesa” é composta por pessoas brancas, católicas, oriundas de Portugal³². Na realidade, a etnicidade, a religião e os antecedentes familiares migratórios de quem saiu de Portugal são geralmente variáveis descuradas nos estudos sobre migrações portuguesas.

Embora a dimensão étnico-racial seja considerada nos estudos que se focam sobre a população “imigrante” em Portugal, e exista uma preocupação com a forma como categorias raciais influenciam as interações sociais e produzem hierarquias e discriminações várias (Góis et al., 2022), o mesmo não acontece relativamente à população “emigrante”. Uma abordagem etnográfica é, no entanto, suscetível de revelar a diversidade da população portuguesa residente no estrangeiro através de uma análise dialética das estruturas sociais, contribuindo desse modo para uma maior reflexividade no processo de pesquisa. Uma lente analítica micro permite, de facto, dar conta de que fazem parte desta população heterogénea quer pessoas nascidas em Portugal, quer pessoas nascidas no país de destino, quer pessoas com origens num outro país europeu ou num outro continente que tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, porque migraram precedentemente para Portugal e passaram por um processo de naturalização, ou porque têm um familiar ascendente de nacionalidade portuguesa até ao segundo grau em linha reta (Lei n.º 37/81, 1981).

³² O pressuposto de que Portugal é um país branco, europeu e cristão tem sido objeto de crítica em estudos sobre o espaço público e os manuais escolares portugueses, que reificam, através do discurso textual e imagético, crenças hegemónicas derivadas do colonialismo (e.g. Almeida, 2021; Araújo, 2015; Cabecinhas, 2023).

Porém, os estudos realizados até agora, tanto em Portugal como nos países de destino, não têm conseguido desvendar esta heterogeneidade na composição dos fluxos de saída de Portugal que está em parte relacionada com o chamado “sistema migratório lusófono” (Baganha, 2009), ancorado no passado colonial que “une” Portugal aos países africanos de língua oficial portuguesa, Brasil, Índia, Timor-Leste e Macau.

Estudos como os de Rita Cachado (2014) e Ambra Formenti (2023) no Reino Unido, com famílias portuguesas de origem hindus-gujaratis e guineense, respetivamente, mostram como, nas últimas duas décadas e, em particular, na sequência da crise financeira de 2008, os fluxos migratórios com origem em Portugal passaram a incluir cada vez mais pessoas provenientes de fluxos migratórios anteriores com destino a Portugal. Por sua vez, Bernardino Tavares e Aleida Vieira (2023) mostram como, no Luxemburgo, a colonialidade se prolonga entre migrantes vindos/as de Portugal e que a língua portuguesa aproxima, mas cujas relações são tingidas por uma herança colonial produtora de hierarquias e relações de poder.

Durante o meu trabalho de campo na Suíça, pude igualmente observar a presença de portuguesas/as com origens tão diversas como a cabo-verdiana, guineense, angolana, brasileira e indiana. Partilham uma mesma nacionalidade e língua, formalmente têm estatutos e direitos iguais; porém, passam por processos distintos de racialização. Por exemplo, o fenótipo e as características como o tom ou cor da pele e cabelo, ou ainda a altura da pessoa, podem determinar que ela seja — ou, pelo contrário, não seja — associada a uma origem migrante (europeia, não europeia, sul-europeia, leste-europeia, norte-europeia). De modo que, certas pessoas são de imediato identificadas como portuguesas e outras passam despercebidas (sendo associadas a nacionais) ou são categorizadas como extraeuropeias, embora não o sejam.

Assim, a dimensão étnico-racial também opera como marcador da diferença e produtor de desigualdades em contexto migratório, uma situação que leva certas pessoas a resignificar as suas identidades, privilegiando a africana em detrimento da portuguesa (embora mantendo laços e sentimentos de pertença com Portugal). De certo modo, este processo resulta de um legado colonial que continua a associar portugalidade e branquitude nos imaginários coletivos — neste caso, tanto no português como no suíço.

Seria desejável uma maior interligação dos estudos migratórios com os estudos pós-coloniais e decoloniais. No cruzamento destas perspetivas, temos a ganhar uma visão mais crítica e reflexiva sobre Portugal como país que é simultaneamente emissor e recetor de migrantes, não só nos anos mais recentes, mas ao longo dos séculos, conforme evidenciado pelos estudos que revelaram uma forte presença africana em Lisboa já no século XVI (ver Henriques, 2009). Temos igualmente a ganhar uma visão mais crítica e reflexiva sobre a forma como nós, investigadores/as inseridos/as em estruturas de antigos impérios coloniais, produzimos conhecimento e como o transmitimos. Questionar as nossas práticas científicas poderá contribuir para “descolonizar o saber” nas ciências sociais (Connell, 2024), o que poderá trazer novas e fecundas perspetivas heurísticas no campo das migrações.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: (E)MIGRANTE UMA VEZ, (E)MIGRANTE SEMPRE?

Este artigo reflexivo teve como propósito levantar questões que possam contribuir para uma discussão crítica sobre o que é convencionalmente chamado “emigração portuguesa”. Haverá outras. Neste texto, propus examinar algumas noções com que me deparei nas pesquisas que desenvolvi nos últimos seis anos, bem como refletir sobre a pertinência de um conjunto de perspectivas analíticas para aclarar alguns dos atuais ângulos mortos da literatura produzida em Portugal no campo das migrações. Procurei mostrar os limites de certas categorias que se revelam demasiado rígidas para dar conta dos atuais padrões de circulação, bem como da fluidez que caracteriza as vivências de pessoas com experiências e/ou origens migratórias. Antes de concluir com um último apelo à reflexividade sobre as nossas práticas e discursos — fazendo eco à citação de Sayad (1999) em epígrafe que sugere tomar o discurso sobre o objeto como objeto de estudo — quero partilhar um último questionamento e, desta forma, voltar à questão inicial da pertinência do termo “emigrante”.

Após quantos anos de sedentarização uma pessoa que mudou de país deixa de ser rotulada como “(e)migrante”? Qual o nível de integração requerido para ser considerada uma pessoa *local* e não mais alguém que vem *de fora*? Onde se situa a fronteira entre “migrante” e “cidadão/ã”?

Recordo um português de 60 anos, residente na Suíça desde 1985, dececionado por ser sistematicamente remetido para uma certa alteridade em ambos os países. Apesar de ter dupla cidadania, sente-se um permanente “estrangeirado”. Num caso, o sotaque e um nome tipicamente português levam-no a ser identificado como “migrante”. No outro, o afastamento prolongado do país de origem fá-lo deparar-se recorrentemente com o comentário: “olha, o suíço”! De igual forma, jovens portugueses/as escolarizados/as no país de destino podem ser alvo de “migrantização” (Dahinden & Korteweg, 2022)³³, por conta do seu apelido ou fenótipo, por exemplo, mas também quando são categorizados como “segunda geração”. Todavia, se os traços exteriores não forem percecionados como provenientes de uma outra geografia, a sua origem poderá passar despercebida, uma vez que dominam os códigos culturais e não são identificáveis pelo seu modo de falar. Desta forma, as suas pertenças múltiplas são invisibilizadas através de um processo de “*citizenisation*” (Dahinden & Anderson, 2021, p. 39).

Daqui decorre que a condição “(e)migrante” é uma construção social da qual participam um conjunto alargado de atores, incluindo cientistas sociais. Reconhecer o carácter construído tanto da categoria “(e)migrante” como da categoria “cidadão/ã” não significa que as abandonemos, até porque elas são relevantes tanto no plano normativo e legal como no plano das subjetividades (Anderson, 2019). Esta observação corresponde à distinção estabelecida por Rogers Brubaker (2013) entre categorias de análise (usadas na investigação) e categorias de prática (usadas na linguagem quotidiana e na linguagem política).

³³ Estas autoras distinguem analiticamente migrantização (“*migrantisation*”) e racialização. Definem o primeiro como um processo de “estrangeirização” ancorado na lógica do estado-nação. Contudo, admitem que por vezes ambos os processos coincidem.

Em conclusão, na senda destes/as autores/as, assumo a necessidade de um uso reflexivo destas categorias na investigação sociológica, por forma a não reproduzir de forma acrítica processos de categorização que seguem a par e passo lógicas do estado-nação, frequentemente tidas como naturais. As críticas ao nacionalismo metodológico têm, aliás, vindo a ganhar força neste século (Amelina & Faist, 2012; Wimmer & Glick Schiller, 2002). Em última instância, esta postura implica não assumir, à partida, diferenças entre migrantes e não-migrantes, nacionais e não-nacionais, mas antes analisar a produção destas categorias e refletir sobre o processo de produção do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Governo suíço que, ao conceder-me uma Bolsa de Excelência 2023–2024, permitiu-me realizar uma investigação de pós-doutoramento sobre famílias portuguesas transnacionais no Instituto de Sociologia da Universidade de Neuchâtel e, nesse âmbito, redigir o presente artigo.

Agradeço à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio financeiro concedido entre 2018 e 2022 (referência SFRH/BD/128722/2017), que me possibilitou realizar uma investigação doutoral sobre transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça, tendo como instituição de acolhimento o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, Portugal.

Estou igualmente grata a Graça Índias Cordeiro e Rita Ávila Cachado, pela leitura de versões anteriores deste texto, suas observações e sugestões. Estendo os meus agradecimentos aos revisores pelos seus comentários que contribuíram para aprofundar e melhorar alguns aspetos do texto.

REFERÊNCIAS

- Ahrens, J., & King, R. (2023). *Onward migration and multi-sited transnationalism complex trajectories, practices and ties*. Springer.
- Almeida, M. V. de (2021). Ninguém imagina de verdade um português negro. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 34/35, 32–41. <https://doi.org/10.62791/81dxnh79>
- Alves, A. R. (2021). *Quando ninguém podia ficar. Racismo, habitação e território*. Tigre de Papel.
- Amelina, A., & Faist, T. (2012). De-naturalizing the national in research methodologies: Key concepts of transnational studies in migration. *Ethnic and Racial Studies*, 35(10), 1707–1724. <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.659273>
- Anderson, B. (2019). New directions in migration studies: Towards methodological de-nationalism. *Comparative Migration Studies*, 7(36). <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0140-8>
- Antunes da Cunha, M. (2009a). “Onde quer que se encontre... O mundo português”. Representações de Portugal e da emigração na informação da RTP Internacional. *Comunicação e Sociedade*, 15, 215–229. [https://doi.org/10.17231/comsoc.15\(2009\).1053](https://doi.org/10.17231/comsoc.15(2009).1053)
- Antunes da Cunha, M. (2009b). *Les Portugais de France face à leur télévision Médias, migrations et enjeux identitaires*. Presses Universitaires de Rennes.

- Antunes da Cunha, M. (2017). L'émigration à l'écran: La rhétorique du succès. La série documentaire *Portugueses pelo mundo*. *Cahiers de l'Urmis*, 17. <https://doi.org/10.4000/urmis.1462>
- Araújo, M. (2015). Adicionar sem agitar: Multiperspectivismo e o ensino da história (anti-) colonial. In *Atas do II Colóquio Cabo-verdiano de Educação – CEDU 2015. Políticas e Práxis da Educação nas Perspetivas e em Contextos Pós-coloniais* (pp. 12–25). Edições Uni-CV.
- Azevedo, L. (2022). Este país é para velhos? Migrações e envelhecimento em Portugal. *Fórum Sociológico*, 40, 73–84. <https://doi.org/10.4000/sociologico.10567>
- Azevedo, L. (2023). *Partir ou ficar? Transição para a reforma e migração de regresso de casais portugueses na Suíça* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/29086>
- Azevedo, L., Desille, A., & Pinho, F. (2022). Migração de regresso para Portugal: Revisitar o passado, compreender o presente. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 44, iii–x. <https://doi.org/10.15847/cct.27207>
- Baganha, M. I. (2009). The lusophone migratory system: Patterns and trends. *International Migration*, 47(3), 5–20. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x>
- Baganha, M. I., & Peixoto, J. (1997). Trends in the 90's: The Portuguese migratory experience. In M. I. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 15–40). Celta Editora.
- Bastia, T., Lulle, A., & King, R. (2022). Migration and development: The overlooked roles of older people and ageing. *Progress in Human Geography*, 46(4), 1009–1027. <https://doi.org/10.1177/03091325221090535>
- Bourdieu, P. (1982). *Leçon sur la leçon*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2002). *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit. (Trabalho original publicado em 1981)
- Brettell, C. (1978). *Já chorei muitas lágrimas. Crónica de uma mulher portuguesa imigrada em França*. Universidade Nova de Lisboa.
- Brubaker, R. (2013). Categories of analysis and categories of practice: A note on the study of Muslims in European countries of immigration. *Ethnic and Racial Studies*, 36(1), 1–8. <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.729674>
- Cabecinhas, R. (2023). A memória da nação na era planetária. Passados e futuros em debate. *Análise Social*, 58(249), 766–788.
- Cachado, R. A. (2014). Locating portuguese hindus: Transnationality in urban settings. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (76), 109–124. <https://doi.org/10.7458/SPP2014763330>
- Castelo, C. (2013). Colonial migration to Angola and Mozambique: Constraints and illusions. In E. Morier-Genoud & M. Cahen (Eds.), *Imperial migrations: Colonial communities and diaspora in the Portuguese world* (pp. 107–128). Palgrave Macmillan.
- Charbit, Y., Poinard M., & Hily, M.-A. (1997). *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d'origine*. INED/PUF.
- Chimienti, M., Guichard, E., Bolzman, C., & Le Goff, J.-M. (2021). How can we categorise 'nationality' and 'second generation' in surveys without (re)producing stigmatisation?. *Comparative Migration Studies*, 9, 29. <https://doi.org/10.1186/s40878-021-00237-1>
- Christou, A. (2003). Migrating gender: Feminist geographies in women's biographies of return migration. *Michigan Feminist Studies*, 17, 71–103. <http://hdl.handle.net/2027/spo.ark5583.0017.004>

- Ciobanu, R. O. (2021). Ageing in diverse societies. In C. Kuptsch & E. Charest (Eds.), *The future of diversity* (pp. 135–149). International Labour Organization.
- Ciobanu, R. O., Fokkema, T., & Nedelcu, M. (2016). Ageing as a migrant: Vulnerabilities, agency and policy implications. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(2), 164–181. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2016.1238903>
- Cohen-Mansfield, J., Shmotkin, D., Blumstein, Z., Shorek, A., Eyal, N., & Hazan, H. (2013). The old, old-old, and the oldest old: Continuation or distinct categories? An examination of the relationship between age and changes in health, function, and wellbeing. *International Journal of Aging and Human Development*, 77(1), 37–57. <https://doi.org/10.2190/AG.77.1.c>
- Connell, R. (2024). *Décoloniser le savoir. Sciences sociales et théories du Sud*. Editions Payot & Rivages.
- Correia, J. D. (2024, 23 de maio). “A mensagem principal é que vale a pena viver em Portugal”: Montenegro anuncia redução de IRS e IMT a jovens. *Expresso*. <https://expresso.pt/politica/governo/2024-05-23-a-mensagem-principal-e-que-vale-a-pena-viver-em-portugal-montenegro-anuncia-reducao-de-irs-e-imt-a-jovens-20811f26>
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of colour. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- da Silva, E. C., & dos Santos, I. S. (2009). A mesma juventude noutra latitude’: Lusodescendentes do Brasil e da França frente ao projecto nacional das comunidades portuguesas. In D. Melo & E. C. da Silva (Eds.), *Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa* (pp.125–178). Imprensa de Ciências Sociais.
- Dahinden, J., & Anderson, B. (2021). Exploring new avenues for knowledge production in migration research: A debate between Bridget Anderson and Janine Dahinden. Pre and after the burst of the pandemic. *Swiss Journal of Sociology*, 47(1), 27–52. <https://doi.org/10.2478/sjs-2021-0005>
- Dahinden, J., & Korteweg, A. C. (2022). Culture as politics in contemporary migration contexts: The in/visibilization of power relations. *Ethnic and Racial Studies*, 46(3), 420–449. <https://doi.org/10.1080/01419870.2022.2121171>
- Decreto-Lei n.º 53/94, de 24 de fevereiro, Diário da República n.º 46/1994, Série I-A de 1994-02-24. (1994). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/53-1994-515462>
- Decreto-Lei n.º 316/80, de 20 de agosto, Diário da República n.º 191/1980, Série I de 1980-08-20. (1980). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/316-1980-471146>
- Decreto-Lei n.º 39-B/78, de 2 de março, Diário da República n.º 51/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-03-02. (1978). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39-b-1978-508582>
- dos Santos, I. S. (2002). Des lusodescendants dans les sociétés française et portugaise: Mémoires de la migration et appartenances enchevêtrées. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, (8), 17–38. <https://doi.org/10.3406/rap.2002.1129>
- dos Santos, I. (2014). Confrontação com o país de origem e redefinições das identificações: Descendentes de migrantes portugueses no contexto intra-europeu (França–Portugal). *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 3(2), 433–459.
- Elder Jr., G. H. (1994). Time, human agency, and social change: Perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, 57(1), 4–15.

- Elder Jr., G. H., Johnson, M. K., Crosnoe, R. (2003). The Emergence and Development of Life Course Theory. In J. T. Mortimer & M. J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the life course* (pp. 3–19). Springer. https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_1
- Embaixada de Portugal em França. (s.d.). *Movimento associativo*. Acedido a 14 de setembro de 2024, de <https://paris.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/assuntos-consulares/comunidade-portuguesa/movimento-associativo>
- Feldman-Bianco, B. (1992). Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 9(1), 35–49.
- Fernandes, A. A. (2016). A proteção social na velhice estará em risco?. In A. A. Fernandes, P. C. Albuquerque, & A. M. Fonseca (Eds.), *A (re)forma das reformas: Uma análise sociológica, económica e psicológica da reforma e do sistema de pensões* (pp. 9–53). Almedina.
- Ferro, A. R. (2018). Viver em Little Portugal: Discursos sobre identidade entre emigrantes portugueses residentes em Londres. *OEm Working-Papers*, 04. <http://hdl.handle.net/10071/16782>
- Firmino, T., & Silva, S. (2024, 18 de janeiro). “Todos partem e nenhum fica”. *Público*. <https://www.publico.pt/2014/01/18/ciencia/noticia/todos-partem-e-nenhum-fica-1620193>
- Formenti, A. (2023). On the road again: Onward migration and transnational subjectivity among portuguese-guinean migrants in Peterborough (UK). In J. Ahrens & R. King (Eds.), *Onward migration and multi-sited transnationalism complex trajectories, Practices and ties* (pp. 219–239). Springer.
- Henriques, I. C. (2009). *A herança africana em Portugal*. CTT.
- Gaspar, S. (2018). Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (87), 109–127.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: A evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES*, 29, 125–152. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Góis, P., Oliveira, O., & Gaspar, S. (2022). Critically examining international migration. *Portuguese Journal of Social Science*, 21, 3–18. https://doi.org/10.1386/pjss_00044_2
- Gomes, R. M. (2015). *Entre a periferia e o centro. Percursos de emigrantes portugueses qualificados*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Hareven, T. K. (1994). Aging and generational relations: A historical and life course perspective. *Annual Review of Sociology*, 20, 437–461. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.20.080194.002253>
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Censos 2021 – Divulgação dos resultados definitivos*. Acedido a 27 de maio de 2024, de https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=585774296&att_display=n&att_download=y
- Leandro, M. E., Nossa, P. N., & Boavida, M. J. (2008). Na encruzilhada da família e do género em contexto migratório. *Configurações*, 4, 27–64. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.421>
- Lee, E. S. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1), 47–57. <https://doi.org/10.2307/2060063>
- Lei n.º 37/81, Diário da República n.º 228/1981, Série I de 1981-10-03. (1981). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1981-34536975>
- Lopes, J. T. (2014). *A geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*. Mundos Sociais.

- Lusa. (2013, 31 de maio). *Parlamento quer incentivos ao regresso de emigrantes qualificados*. Notícias ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/politica/78374/parlamento-quer-incentivos-ao-regresso-de-emigrantes-qualificados>
- Machado, F. L. (2012). Introdução: Migrantes idosos e envelhecimento ativo. *Migrações: Revista do Observatório da Imigração*, (10), 13–25.
- Machado, F. L., & Roldão, C. (2010). *Imigrantes idosos. Uma nova face da imigração em Portugal*. ACIDI.
- Malheiros, J. (2011). Portugal 2010: O regresso do país de emigração? *Janus.net*, 2(1), 133–142.
- Marques, C., Carvalho, R., Neves, H., & Félix, R. (2024, 30 de maio). *Estamos a perder a geração mais qualificada de sempre*. SIC Notícias. <https://bit.ly/4e2TS3U>
- Marques, J. C. (2008). *Os portugueses na Suíça. Migrantes europeus*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, M., & Ciobanu, O. (2012). *Migrantes idosos em Portugal*. Principia.
- Miranda, A. (2018). Déconstruire les paradigmes migratoires à travers les études sur les émigrations et les immigrations des femmes en Italie. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 34(1), 173–194. <https://doi.org/10.4000/remi.10279>
- Monteiro, P. (1994). *Emigração: O eterno mito do retorno*. Celta Editora.
- Morokvašić, M. (1984). Birds of passage are also women. *International Migration Review*, 18(4), 886–907.
- Nedelcu, M., Tomás, L., Ravazzini, L., & Azevedo, L. (2023). A retirement mobilities approach to transnational ageing. *Mobilities*, 19(2), 208–226. <https://doi.org/10.1080/17450101.2023.2213402>
- Observatório da Emigração. (s.d.). Acedido a 30 de maio de 2024, em <https://observatorioemigracao.pt/np4/7.html>
- Oliveira, I. T., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., & Malheiros, J. (2016). Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (81), 11–35. <https://doi.org/10.7458/SPP2016817155>
- OFS. (2024). *Suisses de l'étranger en 2023: Toujours plus de Suisses vivent à l'étranger, surtout en Europe*. Acedido a 14 de setembro de 2024, em <https://dam-api.bfs.admin.ch/hub/api/dam/assets/30905138/master>
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: Do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(39), 159–184.
- Pedroso, M. I. C. (2014). Entrevista Maria Manuela Aguiar: Depois de uma vida dedicada à emigração... As diferenças entre o fenómeno atual e o de outrora. *CEM Cultura, Espaço & Memória*, (5), 323–335.
- Peixoto, J., Tiago de Oliveira, I., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., & Madeira, P. M. (2016). *Regresso ao futuro. A nova emigração e a sociedade portuguesa*. Gradiva.
- Pereira, M. H. (2011). A I República e a política de emigração. In F. de Sousa, I. Martins, L. Medeiros de Menezes, M. I. Matos, M. N. Sarges, & S. Serpa Silva (Eds.), *Um passaporte para a terra prometida* (pp. 43–53). Fronteira do Caos Editores; CEPESE.
- Pereira, M. H. (2013). A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração. In J. J. de Andrade Arruda, V. Ferlini, M. I. Santos de Matos, & F. de Sousa (Eds.), *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil* (pp. 37–45). Alameda.

- Pereira, M. M. (2023). A construção do género na sociologia portuguesa contemporânea: Problemas comuns e propostas práticas. *Análise Social*, 58(247), 196–222. <https://doi.org/10.31447/AS0032573.2023247.01>
- Pereira, V. (2010). Do povo à comunidade. Os emigrantes no imaginário português. In J. Neves (Ed.), *Como se faz um povo* (pp. 139–152). Tinta da China.
- Pereira, V. (2017). La mémoire de l’émigration portugaise: Une mémoire de héros? *Hommes & Migrations*, (1317–1318), 37–43. <https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.3867>
- Piccoli, L., Gianni, M., Ruedin, D., Achermann, C., Dahinden, J., Hoffmeyer-Zlotnik, P., Nedelcu, M., & Zittoun, T. (2024). What is the nexus between migration and mobility? A framework to understand the interplay between different ideal types of human movement. *Sociology*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/00380385241228836>
- Pires, R. P. (2016). Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN). In A. Reis, M. I. Rezola, & P. B. Santos (Eds.), *Dicionário de história de Portugal: O 25 de Abril* (vol. 5) (pp. 82–89). Figueirinhas.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Moura Veiga, C. (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (94), 9–38. <https://doi.org/10.7458/SPP20209419573>
- Raghuram, P. (2021). Democratizing, stretching, entangling, transversing: Four moves for reshaping migration categories. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 19(1), 9–24. <https://doi.org/10.1080/15562948.2020.1837325>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2023, de 17 de novembro, Diário da República n.º 223/2023, Série I de 2023-11-17. (2023). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/148-2023-224427496>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2020, de 31 de dezembro, Diário da República n.º 253/2020, Série I de 2020-12-31. (2020). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/124-2020-152639810>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, Diário da República n.º 56/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-03-20. (2015). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/12-b-2015-66807913>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, Diário da República n.º 62/2019, Série I de 2019-03-28. (2019). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2019-224427540>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020, de 18 de agosto, Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18. (2020). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/64-2020-140431171>
- Reter talento das novas gerações é o maior desafio estratégico de Portugal*. (2021, 5 de novembro). <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=reter-talento-das-novas-geracoes-e-o-maior-desafio-estrategico-de-portugal>
- Rocha, R. X., McGarrigle, J., & Esteves, A. (2020). O Brexit e os emigrantes portugueses no Reino Unido. *OEm Working-Papers*, 7. <http://hdl.handle.net/10071/22436>
- Rocha-Trindade, M.-B. (1976). Comunidades migrantes em situação dipolar: Análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França. *Análise Social*, 12(48), 983–997.
- Sager, M. (2018). An interview with Bridget Anderson. *Sociologisk Forskning*, 55(1), 99–107.

- Sampaio, D. (2017). Ageing 'here' or 'there'? Spatio-temporalities in older labour mi-grants' return aspirations from the Azores. *Finisterra*, 52(106), 49–64. <https://doi.org/10.18055/Finis9961>
- Sayad, A. (1999). *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Seuil.
- Sayad, A. (2006). *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité : L'illusion du provisoire*. Editions Raisons d'Agir.
- Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, 8(32), 597–617.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (s.d.). <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>
- Tavares, B., & Vieira, A. (2023). Lived experiences of coloniality in third space: From colonial to contemporary lusophone migration into Luxembourg. *Language, Culture and Society*, 5(1), 121–155. <https://doi.org/10.1075/lcs.00038.tav>
- Thouez, J. P. (2010). L'âgisme dans la littérature scientifique: Le cas des sciences sociales. In M. Lagacé (Ed.), *L'âgisme: Comprendre et changer le regard sur la vieillesse* (pp. 93–109). Presses de l'Université de Laval.
- Vásquez, N. (2024, 27 de julho). Entre a “esperança” e a “preocupação”, a comunidade portuguesa na Venezuela também está na expectativa do resultado das eleições. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/07/27/mundo/noticia/esperanca-preocupacao-comunidade-portuguesa-venezuela-tambem-expectativa-resultado-eleicoes-2098907>
- Wall, K. (1984). Mulheres que partem e mulheres que ficam: Uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório. *Ler História*, (3), 53–63.
- Warnes, A. M., Friedrich, K., Kellaheer, L., & Torres, S. (2004). The diversity and welfare of older migrants in Europe. *Ageing & Society*, 24(3), 307–326. <https://doi.org/10.1017/S0144686X04002296>
- Wimmer, A., & Glick Schiller, N. (2002). Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2(4), 301–334. <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>
- Wingens, M., de Valk, H., Windzio, M., & Aybek, C. (2011). The sociological life course approach and research on migration and integration. In M. Wingens, H. de Valk, M. Windzio, & C. Aybek (Eds.), *A life-course perspective on migration and integration* (pp. 1–26). Springer Dordrecht. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-1545-5>
- Zontini, E. (2015). Growing old in a transnational social field: Belonging, mobility and identity among Italian migrants. *Ethnic and Racial Studies*, 38(2), 326–341. <https://doi.org/10.1080/01419870.2014.885543>

NOTA BIOGRÁFICA

Liliana Azevedo é doutorada em sociologia pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (2023) e investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia. Em 2023–2024, foi investigadora de pós-doutoramento na Universidade de Neuchâtel, beneficiando de uma Bolsa de Excelência da Confederação Suíça. É igualmente investigadora associada do Observatório da Emigração, membro da equipa de coordenação dos Encontros sobre Experiências Migratórias e membro da COST-Action Transnational Family Dynamics in Europe. Tem desenvolvido investigação sobre a migração portuguesa intra-europeia com foco no envelhecimento, género, mobilidade, famílias transnacionais e cultural material.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8172-9279>

Email: liliana.azevedo@iscte-iul.pt

Morada: Institut de Sociologie, Faubourg de l'Hôpital 27, 2000 Neuchâtel, Suisse;
Iscte, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal

Submetido: 11/06/2024 | Aceite: 19/09/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.